

Da política da exploração ao discurso da preservação: usos e abusos da baleia-franca na história de Imbituba

Giuliano Albuquerque de Medeiros

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

giuliano16@bol.com.br

Resumo

Provocar uma leitura crítica sobre algumas práticas do turismo e a “venda” das paisagens do município de Imbituba, no sul de Santa Catarina, especialmente promovida pela presença anual da baleia-franca em suas enseadas, é o que objetiva o presente artigo. Para tanto, será feita uma breve análise sobre o ápice e a decadência da pesca da baleia no Brasil e no litoral catarinense, até a decisão do estado em investir na chamada “indústria sem chaminés”, e sobre a forma como Imbituba se inseriu nesse novo panorama proporcionado pelo turismo. Além de uma bibliografia de apoio, para a exposição e sustentação dessa análise foram utilizadas outras fontes como jornais, fôlderes e a ferramenta da história oral.

Palavras-chave: pesca da baleia, Imbituba, crise econômica, turismo.

Abstract

To cause a critical reading matter about some of the touristic activities and the sceneries “selling” of Imbituba city, south of Santa Catarina state, specially promoted by the annual visit of the right whale in it’s bays, is the main objective of this present article. A brief analysis will be done about the apex and delline of whale-fishing in Brazil and Santa Catarina’s seans until the state decision to invest in the so called “industry without chimney”, and the way Imbituba city got in this new aspect brought by tourism. Beside a support bibliography, other sources like newspapers, brochures and oral description of history were used for the exposition and support of this analysis.

Key words: whale-fishing, Imbituba city, economic crisis, tourism.



Em 6 de junho de 1995, o governo de Santa Catarina declarou, por decreto, que a baleia-franca tornara-se “Monumento Natural de Santa Catarina”. Cinco anos depois, ambientalistas e estudiosos da vida marinha comemoraram a criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia-franca, com a finalidade de proteger em águas do sul do Brasil a espécie ameaçada de extinção, bem como garantir o uso racional dos recursos naturais da região. O decreto federal garante uma área que abrange 130 quilômetros de litoral, do sul de Florianópolis até Balneário Rincão.

Em tempos de crescimento do ecoturismo, o poder público e a iniciativa privada investem cada vez mais no turismo de observação de baleias, modalidade que movimentava a economia no setor em diversos países do mundo. No empenho das cidades catarinenses em descobrir suas “vocações naturais”, as localidades litorâneas viram na presença anual das baleias-francas um atraente filão a ser explorado. O município de Imbituba, especialmente, tomou para si o *slogan* de “berçário natural” da espécie, um verdadeiro santuário nos mares do sul do Brasil. Mas nem sempre foi assim. Se hoje em Imbituba o discurso da preservação tornou-se corrente, nos anos 80 as baleias eram observadas por olhares indiferentes. Na década de 70, a preservação era vencida por curiosos que assistiam à prática da caça – ou da pesca, como sempre foi difundida –, em total desacordo com as decisões internacionais que havia pelo menos quarenta anos já determinavam a proteção às baleias. A última captura de uma baleia-franca em águas brasileiras, segundo a recordação de poucos e a certeza de outros que lá estavam, aconteceu na praia do Porto, no ano de 1973.

Imbituba fez parte do mapa da expansão geográfica das armações baleeiras.¹ Era sede da armação mais austral do Brasil, a última de toda a costa litorânea. Portugueses e brasileiros foram iniciados nas práticas e técnicas da pesca de baleias² por biscainhos no Recôncavo Baiano, após privilégio concedido em 1602 pelo rei da Espanha e Portugal, Felipe III. Frei Vicente do Salvador, que no século 17 escreveu uma série de obras que abordava o *modus vivendi* da colônia e a trajetória dos primeiros governadores, aludia à grande quantidade de baleias nas baías e regozijava a Deus, “que tudo rege e provê”, pela chegada do capitão Pêro de Urecha, homem indicado pelo rei às “pescarias do norte”³.

¹ Da organização, dos preparativos para a pesca, do ato de “armar-se para a pesca” resulta a expressão “armação baleeira”.

² Ao longo do artigo será empregado o termo “pesca da baleia”, e não “caça à baleia”, como atualmente dão preferência os ambientalistas e estudiosos dos cetáceos. “Pesca da baleia” é o termo encontrado em documentos e tratados antigos e o que tradicionalmente é utilizado por antigos praticantes da captura de baleias.

³ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 288.



Cada vez mais valorizada, a baleia era fonte preciosa de óleo, empregado na iluminação dos engenhos, nas construções e na calafetagem de barcos e navios. Nos mercados europeus, era aplicado na iluminação pública, nas saboarias e na fabricação de cintos e espartilhos. Ainda segundo frei Vicente, a carne era mantimento para os escravos, e o óleo fazia “[...] sarar de boubas e de outras enfermidades e frialdades, e os senhores, quando eles vêm feridos das brigas que fazem em suas bebedices, com este azeite quente os curam melhor que com balsamo”⁴. Do cérebro da espécie cachalote era extraído o espermacete, uma matéria cristalina e cerosa utilizada na fabricação de velas, e, do intestino, o valorizado âmbar-gris, substância aplicada na indústria de perfumes.

Ainda que a pesca livre também fosse praticada e responsável pela redução do preço do óleo, concorrência que desfavorecia os biscainhos, em 1614, dois anos após o fim do privilégio concedido a Urecha e seu sócio Julião Miguel, decidiu-se estabelecer o monopólio da pesca da baleia, mesmo com o posicionamento contrário de políticos de Salvador. De acordo com Myriam Ellis em seu livro *A baleia no Brasil Colonial (1969)*, o primeiro arrendamento do monopólio da pesca de baleias no Recôncavo Baiano foi concedido a Antônio da Costa em 1614 e

[...] ao longo de dois séculos, sucederam-se contratadores e contratos ou, respectivamente, concessionários ou arrematadores do monopólio e instrumentos que regulamentavam direitos e obrigações das partes contratantes: administradores da pesca, comércio do óleo, preços e mais coisas⁵.

Logo os núcleos baleeiros expandiram-se pela colônia e as “pescarias do sul” prolongaram-se de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, a Imbituba. No litoral fluminense eram três estações; na região paulista havia armações em São Sebastião, em Bertioga (com uma sucursal na praia do Góis) e outra no litoral de Cananéia. O litoral catarinense, dentro de um estratégico projeto de ocupação e exploração, abrigou seis armações baleeiras, sendo a Armação da Piedade, ao norte da Ilha de Santa Catarina, a maior e mais antiga delas, fundada em 1746. Nas proximidades da Ilha do Campeche foi erguida a Armação da Lagoinha e, ao norte do rio Itajaí, a de Itapocoróia (com uma posterior sucursal na entrada do canal de São Francisco do Sul). Finalmente, no litoral sul, foi instalada a Armação de São Joaquim de Garopaba e seu prolongamento, a de Imbituba, erguida em 1796.⁶

⁴ *Ibidem*, p. 290.

⁵ ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1969. p. 37.

⁶ *Ibidem*, p. 57-59.



De maneira geral, a indústria baleeira possuía o engenho de azeite, a casa de tanques, os depósitos, alojamentos para feitores e baleeiros, a capela e as imagens padroeiras, a casa-grande e as senzalas. Aliás, a instalação das armações teve significativa importância para a chegada de escravos africanos no litoral catarinense. Eram eles os responsáveis pelo trabalho de esarteamento da baleia e posterior carregamento do material para o beneficiamento do produto. Em 1801, já findos os monopólios e estando as fábricas sob administração da Fazenda Real, era de 525 o número de escravos nas armações de Santa Catarina.⁷

As técnicas de avistamento e perseguição das baleias pouco mudaram durante séculos. Após as bênçãos do padre, a embarcação partia com quatro ou seis remadores (ou remeiros), o arpoador e o patrão do barco. Quando o animal estava ao alcance, era arpoado, golpeando por vezes o mar e normalmente tentando uma fuga. Exausto e novamente dentro do raio de ação da tripulação, era estocado por lanças durante horas, até a morte. Restava, então, amarrá-lo, rebocá-lo pela cauda até a praia, retalhá-lo e descarregar as lascas de toucinho nos tanques de beneficiamento de azeite. Um outro aspecto da pesca, já citado em textos dos seiscentos e sempre descrito com uma carga de dramaticidade, era a técnica do arpoamento do baleote. Myriam Ellis também descreve a cena com tons dramáticos:

A rondar a embarcação, a mergulhar e a emergir, aproximava-se o animal a *farejar* o filhote, a roçar-se nele, a empurrá-lo com o focinho, tentando erguê-lo à cabeça e desprendê-lo do ferro que o prendia. À beira do filho, expunha-se à lança que o sangrava no rumo do coração. Ferido de morte, submergia, mas, dominado pelo instinto maternal, retornava em geral sem investir, em paz com o barco, a poupar a cria, rente à qual recebia repetidas estocadas que aos poucos lhe tiravam a vida. Perigoso era feri-lo se se interpusesse entre a baleeira e o baleote. Poderia destruir a embarcação a um golpe da vigorosa cauda. Cuidavam os baleeiros de manter viva a cria para não perder a presa [grifo do original]⁸.

Bem diferente do Moby Dick do clássico de Herman Melville, animal feroz, vingativo, provido de um temperamento maligno, demoníaco⁹, é possível sugerir que a baleia arpoada na cena descrita por Ellis é uma baleia-franca, animal extremamente dócil, curioso e “certo de arpoar” (de onde decorre o nome da espécie – baleia-franca, baleia-certa, *the right whale*).

⁷ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João *et al.* (orgs.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico de escravos, relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. p. 619.

⁸ ELLIS, *op. cit.*, p. 119.

⁹ MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo: Scipione, 1985.



Apesar da docilidade, a pescaria rudimentar e esporádica que persistia, principalmente na região de Imbituba, não hesitou na utilização de dinamites, acionadas no momento do arpoamento e que literalmente destroçava parte do animal, facilitando seu abate. Já eram os anos de 1960. As armações, decrépitas, há muito já haviam sucumbido à concorrência da pesca inglesa e norte-americana, à má administração, à falta de investimentos e, obviamente, ao colapso das populações de cetáceos. Precárias e esporádicas, as pescas no litoral catarinense eram cada vez mais infrutíferas e o óleo extraído dos animais cada vez menos utilizado. Aplicava-se, ainda, no preparo de sabão, de medicamentos de uso tópico e para o tratamento de couro.

Pescador de baleias dessa época, remeiro na embarcação, José Honório Martins relembra das dificuldades da empreitada, das horas de perseguição e do retorno com o animal abatido, viagens que poderiam durar mais de um dia de acordo com os ventos e as marés. Ainda assim, há lembranças boas. “Tenho saudade dos companheiros, da aventura que era caçar um bicho desses.”¹⁰ José Honório não guarda remorsos, tampouco parece influenciado pelos discursos atuais de preservação, muito embora se alegre em ver hoje tantas baleias em uma única enseada. Ele se lembra, entretanto, de um outro pescador, Joaquim dos Santos, já falecido, que em um dos retornos da pescaria se emocionou na embarcação. “Ele chorou ao ouvir a baleia gemer de dor igual a uma pessoa.”¹¹ É só mais uma das tantas lembranças que a pesca da baleia deixou na memória de muitas pessoas em Imbituba. Lembrança dos barcos, da façanha da caça, do sangue no mar, do cheiro de podre à beira-mar, da companhia das moscas e de uma miríade de outros insetos. O certo é que nos mares do sul, durante toda a década de 70, a baleia-franca saiu de cena. Ela voltaria, anos depois, dotada de uma necessidade que talvez nunca tivesse: a de ser observada.

Contrariando a idéia de que não seria mais possível uma população “brasileira” de baleias-francas, no início da década de 80 o vice-almirante Ibsen Câmara, a partir de relatos de pescadores, atestou a presença de “baleias-negras” no litoral sul do Brasil. Com poucos recursos internacionais, um grupo de voluntários partiu para o trabalho investigativo a fim de identificar a espécie, que normalmente aparecia aos pares de mãe e filhote, até a confirmação de que o trecho sul de Santa Catarina parecia reunir as condições ideais para a reprodução das baleias-francas.

O desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e monitoramento prosseguiu de maneira discreta e sem chamar a atenção da mídia, acima de tudo atenta ao drama por que passava o

¹⁰ MARTINS, José Honório. Entrevista concedida ao autor. Imbituba, 1º maio 2007.

¹¹ *Idem*.



município de Blumenau, destruído pelas fortes enchentes do ano de 1983. As águas do rio Itajaí-Açu castigaram a cidade por semanas, causando prejuízos, mortes, paralisando seu parque industrial e atingindo os estabelecimentos comerciais quase em sua totalidade.¹² Eram tempos de recessão econômica, hiperinflação e caóticas taxas de desemprego. Esse era o cenário nacional. Não era outro o panorama catarinense. Os órgãos de imprensa anunciavam a condição de pré-falência do estado, as dívidas galopantes, a incapacidade de honrar empréstimos, a ruína generalizada das microempresas, enfim, o caos econômico ganhava linhas nos jornais.¹³ Esses acontecimentos trágicos de Blumenau, pode-se assim dizer, representaram o marco da tentativa da “virada” do estado. Propagou-se o discurso de valorização do passado, da saga dos primeiros imigrantes, da luta em terras inóspitas. Assim, apelou-se ao voluntariado para a reconstrução da cidade, que assumiria a sua identidade germânica. Missão cumprida, brindou-se o feito com o lançamento, em 1984, da primeira Oktoberfest, festa da cerveja aos moldes da que tradicionalmente acontecia em Munique, na Alemanha. O posterior “aformoseamento da cidade” fazia parte do plano de propaganda de Blumenau, uma cidade ímpar.

A Secretaria de Turismo, para transformar Blumenau em pólo turístico, pretendia reconstruir uma cidade-imagem, uma cidade para ser vista, investindo em campanhas educativas no sentido de dar a ela um visual bonito. Blumenau estava, então, começando a se inserir numa tendência cultural contemporânea, na qual as imagens também são transformadas em artigos econômicos. Ao mesmo tempo, o processo de mundialização da economia trazia consigo um projeto de valorização dos regionalismos e a recriação de identidades. Neste sentido, em Blumenau, a partir da campanha de reconstrução pós-enchentes, que fez ao apelo à “cultura do trabalho” um de seus argumentos, se investiu na recriação de uma identidade “germânica”, para representar e vender uma imagem de cidade “diferente”.¹⁴

Se os resultados em Blumenau e em todo o Vale do Itajaí foram positivos, por que não tentar o mesmo em todo o estado? Desse modo, a partir do governo de Esperidião Amin (1983-1986), e mais efetivamente na gestão de Pedro Ivo e Casildo Maldaner (1987-1991) – como bem lembra Cláudia Zanela, quando “[...] o Estado passa a priorizar o turismo e

¹² FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (orgs.). **Visões do Vale**: perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000. p. 188.

¹³ ZANELA, Cláudia Cristina. **Atrás da porta**: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1988). Florianópolis: UFSC, 1999. 132 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. p. 22-23.

¹⁴ FROTSCHER, *op. cit.*, p. 202.



considerá-lo como ‘compromisso de governo’”¹⁵ –, poder público e iniciativa privada traçaram planos e estratégias para a atração de turistas, investindo em infra-estrutura e apostando nas potencialidades naturais do estado. Santa Catarina, de canto a canto, da cidade ao campo, do frio do inverno ao calor do verão, haveria de proporcionar ao turista incontáveis prazeres. Mas voltemos a Imbituba.

Enquanto a baleia-franca dava novamente os “ares de sua graça” em águas litorâneas catarinenses, o município assumia seu pretense caráter industrial, principalmente em função das intensas atividades da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), complexo criado em 1969 e construído a partir de 1978, promessa de desenvolvimento de toda a região. Por toda a década de 80, Imbituba conviveu com a dinâmica da indústria: produção de matéria-prima para as indústrias de fertilizantes, para as indústrias cimenteiras e para a produção de ferro. Ácido sulfúrico, fosfórico, sulfato de cálcio, pirita carbonosa: palavras, termos químicos que a maioria não compreendia, mas que encontravam espaço no vocabulário local. Em face dos benefícios que a ICC proporcionou ao município – acessos asfálticos, sistemas de fornecimento de energia elétrica, instalação das primeiras agências bancárias –, poucos se importavam com as constantes chuvas ácidas que caíam sobre boa parte da cidade. Entretanto, a partir de 1988, complicou-se a situação de muitas empresas nacionais, uma vez aberto o canal das importações de produtos similares aos fabricados no Brasil, inclusive com a autorização da compra de ácido fosfórico de outros países, solucionando o problema de estocagem do produto e ainda obtendo lucros com a operação. Inviabilizada a competição, no final do ano de 1993 a empresa encerrou definitivamente suas atividades, empobrecendo Imbituba e toda a região. A arrecadação municipal despencou e quase 3 mil empregos diretos e indiretos deixaram de existir.

A atividade portuária também não escapou da crise. Porto carbonífero desde a década de 20, sentiu fortemente a queda na movimentação de carvão após a falência das minas de Santa Catarina. O porto de Imbituba, único privado do país, conseguiu diversificar suas cargas a partir de 1990, mas, refém de uma série de desmandos administrativos, precariedades técnicas, dissídios atrasados e dívidas trabalhistas, passou a conviver com a insegurança e a concreta insustentabilidade financeira. Em 2001, a situação caótica que havia anos se estendia foi exposta nacionalmente.

Os problemas financeiros do terminal portuário iniciaram ainda na década de 80, com o fim do subsídio ao carvão, que era o principal produto

¹⁵ ZANELA, *op. cit.*, p. 28.



movimentado. Entretanto, se agravaram no final do ano passado. De outubro a janeiro, as contas da CDI [Companhia Docas de Imbituba] estão deficitárias, registrando um prejuízo mensal que oscila entre R\$ 200 mil e R\$ 250 mil. [...] Para agravar ainda mais a situação, a CDI poderá ter, por determinação judicial, 30% de sua receita confiscada, para pagar dissídios atrasados para os trabalhadores. [...] A maior parte do endividamento da CDI, aproximadamente R\$ 25 milhões, é com empresas que fazem parte da holding. Também existe uma [sic] débito com o banco Sudameris, de R\$ 500 mil, e as dívidas trabalhistas ultrapassam R\$ 1 milhão.¹⁶

Completando esse cenário negativo, a Indústria Cerâmica Imbituba, fundada em 1928 e historicamente influente na vida econômica e política do município, também sucumbiu à falta de modernização e à concorrência com as demais cerâmicas do Estado, diminuindo cada vez mais sua produção, acumulando dívidas e demitindo boa parte de seus funcionários. A esperança de recuperação econômica era mantida, desde 1994, com a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), “anunciada por políticos de todas as cores como o ‘oásis’ que traria desenvolvimento econômico a uma das regiões mais carentes”.¹⁷ Com a fama de abrigo de afilhados políticos, a ZPE, em treze anos de existência, nunca teve receita própria.

O tão sonhado desenvolvimento nunca saiu do papel. Saíram, sim, dos cofres públicos do Estado, milhares de reais para cercar o terreno, iluminá-lo, construir plataforma de pesagem, pagar empresas terceirizadas e para o salário da diretoria.¹⁸

Aparentemente sem saída para a crise, poder público, comerciantes e investidores do ramo turístico passaram a ver as baleias com outros olhos. Semelhante ao que pensava Juventino Linhares, jornalista, cronista e orador nascido em Camboriú em 1896, fervoroso enaltecedor do “progresso”, e que dizia que “[...] quem mora na praia do mar tem o mundo por quintal”¹⁹, passou-se à ressignificação de sentimentos, atitudes e práticas. Logo, como que magicamente, valorizou-se o então desvalorizado; recusou-se o aceitável; amou-se o desprezado. É a dialética da modernidade, transformadora do ser, do sentir e do saber e que permite transitar por um universo em que, como disse Marx já no século 19, “tudo que é

¹⁶ BAGGIO, João Henrique. Crise em Imbituba pode antecipar o fim da concessão. **Gazeta Mercantil**, Rio de Janeiro, mar. 2001. n. 722, p. 1.

¹⁷ MINOSSO, Ana. Dinheiro público jogado fora. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15 jan. 2006. n. 7.212, p. 4.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ LINHARES, Juventino. *Apud*: SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana**: a maquiagem possível. Itajaí: Editora da Univali, 1999. p. 137.



sólido se desmancha no ar”²⁰. Assim, o mar ganhou novas e ecológicas tonalidades e passou a representar, mais do que nunca, a marca registrada da cidade e de sua gente. Destacou-se sobremaneira a ligação umbilical entre a comunidade e as coisas do mar.

Tendo sempre a baleia como “garota-propaganda”, o município passou a “vender” suas paisagens. De posse do estético, a natureza local multiplicou-se em fôlderes e guias.

Imbituba, nome indígena originário da planta Imbé, abriga cerca de 40 mil habitantes, onde se localiza um dos maiores portos de Santa Catarina. Com um comércio variado e movimentado, Imbituba possui ainda alguns prédios coloniais interessantes, principalmente o conjunto que cerca a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no centro, entretanto, *suas verdadeiras riquezas turísticas são suas praias: Itapirubá, Praia da Vila, Praia do Porto, Praia D’Água, Ribanceira, Ibiraquera, Praia do Luz, Praia do Rosa e Vermelha. Todas muito preservadas e dotadas de exuberante beleza natural [grifos meus]*.²¹

Os guias reservam também espaço para “exorcizar” velhos fantasmas.

O município vem crescendo e, com isso, desenvolve também sua infraestrutura de turismo. Essa atividade passou a se desenvolver mais intensamente depois que a Indústria Carboquímica Catarinense, *a famigerada ICC*, foi desativada e parou de destruir o meio ambiente local [grifo meu].²²

Além disso, a paisagem possui indicações terapêuticas.

Um lugar de belas paisagens, dunas e lagoas. É servida por duas praias distantes 250 metros uma da outra, separadas apenas por um morro. Em sua vista panorâmica pode-se observar uma linda baía e a Ilha das Araras, localizada a 3 km da costa. *Itapirubá é uma receita natural contra o stress [grifo meu]*.²³

Até mesmo as baleias parecem não resistir aos encantos litorâneos de Imbituba. “De agosto a outubro, a praia recebe a visita das baleias Franca que *elegeram as águas do Rosa* como seu berçário natural” [grifo meu].²⁴

²⁰ MARX, Karl. *Apud*: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 15.

²¹ **Imbituba – Santa Catarina – Brasil**. Fôlder de divulgação.

²² **Surf Guia Brasil: Santa Catarina. Todas as praias surfáveis do litoral catarinense**. Guia informativo.

²³ PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. **Imbituba – um mar de oportunidades: guia da cidade**. Fôlder de divulgação.

²⁴ **Praia do Rosa e Ilha do Papagaio**. Fôlder de divulgação.



A partir de 1997, dois anos após o cetáceo já ser declarado oficialmente monumento natural de Santa Catarina, a prefeitura municipal lançou e Imbituba passou a sediar anualmente a Semana Nacional da Baleia-franca, um evento destinado a celebrar a presença da baleia na costa catarinense. Enquanto os pesquisadores promovem suas oficinas e gincanas em escolas municipais, além de debates científicos trazendo especialistas de diferentes países, os olhos de políticos e hoteleiros brilham com os números atraentes do *whale watching*, o turismo de observação de baleias, modalidade que movimentava milhões de dólares em cidades “visitadas” por baleias. Placas de sinalização temáticas, rabos de baleias em vitrines e fachadas de lojas, estátuas, pinturas em prédios públicos. A cidade facilmente se identificou com a imagem da baleia-franca e se convenceu de que é importante dentro do cenário de preservação da espécie. Além do mais, como ser contrário à maior fonte de empregos do mundo, como dizem sorridentes os divulgadores da chamada “indústria sem chaminés”?

Em sua crítica ao fenômeno turístico na atualidade, Helton Ricardo Ouriques, no livro *A produção do turismo: fetichismo e dependência* (2005), alerta que a demanda de postos de trabalho oferecidos pelo turismo nada explica sobre as características desse mercado. Sua pesquisa revela que as ocupações ligadas ao turismo, direta ou indiretamente, estão entre as que oferecem as piores remunerações no conjunto econômico nacional. Tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que aponta um total de 349 ocupações possíveis e oficiais, Ouriques expõe algumas colocações mais frequentemente oferecidas pelo segmento turístico. Dentro de uma escala salarial brasileira, em 2001 a ocupação de gerente de hotel e restaurante ocupava a 144ª posição; agentes de viagens e guias, a 220ª; recepcionistas, a 277ª; trabalho de serventias, a 304ª; garçons, *barmen* e assemelhados, 313ª. Ouriques e outros pesquisadores apontam o que é geral no turismo: “[...] postos de trabalho sazonais, com vínculos precários; extensas jornadas de trabalho; salários baixos e incerteza de rendimento por parte dos vendedores ambulantes”²⁵.

Quanto donos de hotéis e pousadas e profissionais do ramo já estruturados estão lucrando com a fiel presença das baleias nas praias de Imbituba, é difícil dizer. Fácil é sugerir que, pelo menos por enquanto, o que normalmente sobra para a comunidade, como disse

²⁵ OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005. p. 130.



André Zanotto em seu trabalho sobre a chegada, o impacto e as conseqüências do turismo na praia dos Ingleses, em Florianópolis, são os “rato-empregos”.²⁶

Incontestavelmente, a presença da baleia-franca durante os meses de junho a novembro vem legando a Imbituba bastante notoriedade na mídia nacional. Anualmente, ela estampa algumas páginas dos maiores jornais de circulação nacional, além de inserções em telejornais das maiores emissoras brasileiras. Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente adianta que a cidade já possui uma excelente infra-estrutura turística – detalhe facilmente contestável – e que “[...] ver as baleias-francas em Imbituba é tão fácil como caminhar na praia: elas chegam até a uns 30 metros da costa, e um passeio a pé freqüentemente é alegrado pela companhia desses ameaçados e pacíficos mamíferos”²⁷. Isso é fato. Entretanto, um passeio embarcado que pode durar pouco mais de uma hora e, por sorte, pode colocar o turista a 50 metros da baleia, chega a custar, por pessoa, 140 reais. Um prazer para poucos. Para esse encontro, ao que parece, não faltarão baleias. Em setembro de 2006, um vôo de helicóptero sobre o trecho compreendido entre Florianópolis e Cidreira, no Rio Grande do Sul, registrou a presença de 198 baleias, um recorde de observações.²⁸

Imbituba recebeu, de acordo com dados da Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), pouco mais de 22 mil turistas no ano de 2006.²⁹ É difícil distinguir, sem uma pesquisa mais apurada, quais foram atraídos pelas recentes mídias e quais são provenientes das lotações hoteleiras dos vizinhos municípios de Garopaba e Laguna. O que fica claro é que o mar, o sol, as ilhas e demais atributos paisagísticos, destacadamente as baleias, produzem valores e valorizam cada vez mais determinados pontos. As casas junto à praia, diferente do que acontecia até o início da década de 80, não dão mais as costas para o mar. São cada vez mais altas, dedicando um terceiro pavimento para um sofá e uma luneta, tudo para ter a imagem da baleia bem ao alcance dos olhos. Essas e outras evidências comprovam que, como qualquer outra atividade econômica, o turismo também deve ser pensado criticamente. Sempre haverá algo a mais para se ver e saber por detrás dos atraentes e coloridos cartões-postais.

²⁶ ZANOTTO, André Luís. **A chegada do turismo nos Ingleses** (Florianópolis, 1970-1990). 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdades Integradas da Associação de Ensino de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 38.

²⁷ SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE. **Olha só quem veio visitar você**. Fôlder de divulgação.

²⁸ BECKER, Marcelo. As baleias se despedem de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 out. 2006. n. 7.499, p. 44.

²⁹ SANTUR. Demanda turística do ano de 2006. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/santur/FrameDemanda2006.asp?Link=imbituba.htm>>. Acesso em: 21 maio 2007.

